

IMPOSTO DE RENDA

NO MERCADO DE AÇÕES

A TRIBUTAÇÃO SOBRE OS GANHOS DE
PESSOAS FÍSICAS NA BOLSA DE VALORES

Murillo Lo Visco

Novatec

Copyright © 2012 da Novatec Editora Ltda.

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9610 de 19/02/1998.

É proibida a reprodução desta obra, mesmo parcial, por qualquer processo, sem prévia autorização, por escrito, do autor e da Editora.

Editor: Rubens Prates

Revisão gramatical: Marta Almeida de Sá

Editoração eletrônica: Carolina Kuwabata

Capa: Victor Bittow/Carolina Kuwabata

ISBN: 978-85-7522-301-7

Histórico de impressões:

Março/2012 Primeira edição

Novatec Editora Ltda.

Rua Luís Antônio dos Santos 110

02460-000 – São Paulo, SP – Brasil

Tel.: +55 11 2959-6529

Fax: +55 11 2950-8869

E-mail: novatec@novatec.com.br

Site: www.novatec.com.br

Twitter: twitter.com/novateceditora

Facebook: facebook.com/novatec

LinkedIn: linkedin.com/in/novatec

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Visco, Murillo Lo
Imposto de renda no mercado de ações : a
tributação sobre os ganhos de pessoas físicas
na bolsa de valores / Murillo Lo Visco. --
São Paulo : Novatec Editora, 2012.

Bibliografia
ISBN 978-85-7522-301-7

1. Bolsa de valores 2. Imposto de renda
3. Investimentos 4. Mercado de ações 5. Pessoa
física I. Título.

12-02774

CDU-34:336.215.024.1:336.76

Índices para catálogo sistemático:

1. Mercado de ações : Imposto de renda : Pessoa
física : Direito tributário
34:336.215.024.1:336.76

RTC20120313

Elementos básicos da estrutura do imposto

1.1 Fato gerador

A obrigação de pagar um tributo nasce com a ocorrência concreta de um fato descrito em lei de forma geral e abstrata. Em razão do efeito atribuído pela lei a esse fato, ele é denominado fato gerador da obrigação tributária.

No caso do imposto sobre a renda, o fato gerador é a aquisição da disponibilidade de renda ou de acréscimos patrimoniais não compreendidos no conceito de renda.

Renda é o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos. Assim, quando um trabalhador recebe o salário, podemos falar que ocorreu concretamente o fato gerador do imposto de renda, de forma que para o trabalhador surge a obrigação de pagar o tributo.

Entre os acréscimos patrimoniais não compreendidos no conceito de renda, podemos citar os proventos de aposentadoria, os prêmios de loteria e o ganho de capital verificado na alienação de um bem.

Podemos, então, concluir que da simples venda de um bem não surge a obrigação de pagar o imposto. Para surgir a obrigação de pagar o imposto é imprescindível a verificação de um acréscimo patrimonial (um ganho) decorrente da referida venda.

Embora haja alguma discussão sobre os conceitos envolvidos na definição do fato gerador do imposto de renda, em respeito aos objetivos deste livro, basta dizer que, em regra, surgirá a obrigação de pagar o imposto quando um investidor auferir ganhos mensais em suas operações na bolsa de valores. Mas é preciso afirmar “em regra” porque, ainda que o investidor tenha auferido resultado mensal positivo em suas operações, a obrigação pode nem mesmo surgir (em razão da possibilidade de compensação de perdas de meses anteriores) ; ou ainda, mesmo que a obrigação tenha surgido, o investidor pode ficar dispensado do pagamento do imposto em função da isenção, conforme veremos adiante.

1.2 Base de cálculo

A base de cálculo é o elemento que quantifica o fato gerador do tributo, sobre o qual é aplicada a alíquota para fins de determinação do tributo devido.

$$\text{Tributo} = \text{Base de Cálculo} \times \text{Alíquota}$$

Em linhas gerais, no caso do imposto sobre a renda das pessoas físicas, a base de cálculo é composta pela soma dos rendimentos¹ auferidos durante determinado período, sendo permitidas algumas deduções que reduzem a base de cálculo e, conseqüentemente, o montante do imposto devido, ajustando-o à capacidade econômica do contribuinte.

Aqui interessa dizer que o valor do ganho obtido por um investidor do mercado de ações, durante um período mensal, será o ponto de partida para a determinação da base de cálculo do imposto. Aprofundaremos essa questão na Parte II.

1.2.1 Período de apuração

No item anterior, afirmamos que a base de cálculo é o elemento que quantifica o fato gerador. Afirmamos, também, que a base de cálculo do IRPF é o montante dos rendimentos auferidos durante determinado período. Percebe-se, assim, que a base de cálculo do IRPF está associada a um elemento temporal, denominado período de apuração.

Como consequência, podemos afirmar que o fato gerador do IRPF considera-se ocorrido somente ao final do período de apuração.

Vamos imaginar que um determinado investidor opera diariamente na bolsa de valores, registrando muitos ganhos e algumas perdas. O imposto por ele devido não incide sobre cada ganho, em cada uma das operações. Em verdade, o imposto incide sobre o resultado positivo obtido em um período de apuração.

Assim, para saber com certeza se haverá ou não a obrigação de pagar o imposto, há que se aguardar o final do período de apuração. Na Parte II iremos explorar a fundo essa questão.

1.2.2 Regime de reconhecimento da renda

O regime de reconhecimento da renda define o período de apuração no qual ela (a renda) deve ser oferecida à tributação. Há dois regimes possíveis: o regime de caixa e o regime de competência.

¹ Na Parte I do livro, o termo “rendimento” é utilizado em sentido amplo, abrangendo a renda propriamente dita – entendida como produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos – e os acréscimos patrimoniais não compreendidos no conceito de renda. Na Parte II, o termo “rendimento” terá um significado bem particular: o resultado positivo obtido em operações de day trade.

No regime de caixa, em relação ao IRPF, a renda que deve ser abrangida por um determinado período de apuração corresponde apenas aos valores nele efetivamente recebidos a esse título.

Por outro lado, sob o regime de competência, ainda que não seja recebida, a renda deve ser reconhecida em face da simples ocorrência de transações e eventos dos quais ela decorre.

Para ilustrar essa diferença, vamos pensar no caso de um trabalhador assalariado que exerce suas funções em janeiro e recebe o correspondente pagamento nos primeiros dias de fevereiro. Sob o regime de competência, a renda corresponderia a janeiro; no regime de caixa, a renda seria referente a fevereiro.

No caso do imposto sobre a renda das pessoas físicas, como regra, a legislação adotou o regime de caixa, estabelecendo que os rendimentos devem ser tributados à medida que são recebidos².

Esse é o entendimento da Secretaria da Receita Federal do Brasil, conforme se verifica na publicação “Perguntas e Respostas IRPF”³:

RENDIMENTOS RECEBIDOS EM MÊS POSTERIOR

186 — Quando devem ser tributados os rendimentos (comissões, honorários, salários etc.) correspondentes a um mês e recebidos no mês seguinte?

Os rendimentos são tributados no mês em que forem recebidos, considerado como tal o da entrega de recursos pela fonte pagadora, mesmo mediante depósito em instituição financeira em favor do beneficiário.

No caso de comissões recebidas por trabalhador assalariado, essas devem ser somadas ao salário do mês do recebimento.

(Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 – Regulamento do Imposto sobre a Renda – RIR/1999, art. 38, parágrafo único)

Em relação ao ganho de capital, a legislação estabelece que, nas alienações a prazo, o ganho de capital deverá ser apurado como venda à vista e tributado na proporção das parcelas recebidas em cada mês⁴. Com base nessa previsão legal, a Receita Federal entende que o fato gerador do imposto considera-se ocorrido no momento da realização do negócio, ficando diferida a tributação, de modo que o imposto correspondente deve ser pago na medida em que o produto da venda seja efetivamente recebido. No item 18.1.2, faremos uma análise desse tema com o foco nas operações em renda variável.

2 Lei nº 8.134, de 27 de dezembro de 1990, arts. 3º, 4º e 18; Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999, art. 38, parágrafo único.

3 Anualmente, a Receita Federal divulga na internet o arquivo “Perguntas e Respostas”, que pode ser facilmente acessado na lista “Onde Encontro”, localizada na página principal da Receita Federal. A pergunta nº 186 e sua resposta aqui reproduzida foram extraídas da versão publicada em 2012.

4 Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, art. 21; Decreto nº 3.000, de 1999, art. 140.

1.3 Alíquota

Se a base de cálculo é o elemento que quantifica o fato gerador, a alíquota é o elemento que estabelece a parcela da base de cálculo que corresponde ao tributo devido.

A alíquota aplicável é definida pela lei vigente no momento em que se considera ocorrido o fato gerador. E a partir do que foi visto até este ponto, tem-se o seguinte: considerando que se tem por ocorrido o fato gerador do IRPF somente ao final do período de apuração (item 1.2.1), e que a alíquota aplicável é definida pela lei vigente no momento em que se considera ocorrido o fato gerador, conclui-se que a alíquota aplicável é definida pela lei vigente no final do período de apuração.

Essa conclusão é importante para o investidor pessoa física que opera em bolsa de valores, haja vista que ele é o responsável pela apuração e pelo recolhimento do imposto incidente sobre seus ganhos.

Mais adiante, na Parte II, trataremos das alíquotas aplicáveis no caso do imposto incidente sobre os ganhos auferidos em operações no mercado de ações de bolsa de valores. Agora, é importante ficar claro que sobre esses ganhos não se aplica a chamada tabela progressiva, que atualmente, além da faixa de isenção, tem alíquotas variando entre 7,5% e 27,5%.

1.4 Contribuinte

Por definição, contribuinte é o sujeito que pratica o fato gerador. No caso do imposto sobre a renda, é a pessoa que auferir renda ou percebe acréscimos patrimoniais não compreendidos no conceito de renda.

Portanto, é contribuinte do IRPF o investidor que obtém resultado mensal positivo decorrente de operações realizadas no mercado de ações de bolsa de valores.

Se o investidor que opera em bolsa de valores brasileira é residente ou domiciliado no exterior, será considerado estrangeiro e, nesse caso, há duas situações previstas na legislação: um regime geral e um regime especial.

No regime geral, os investidores estrangeiros sujeitam-se às mesmas normas de tributação do imposto sobre a renda, previstas para os residentes ou domiciliados no Brasil, e que serão abordadas neste livro.

No regime especial, os ganhos auferidos em bolsa de valores brasileira por investidores estrangeiros não se submetem às regras aplicáveis aos residentes no Brasil. Em

verdade, no regime especial – aplicável em caso de obediência a normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional⁵ – não há incidência do imposto⁶.

No entanto, o regime especial não se aplica a investimento oriundo de país com tributação favorecida, assim entendido aquele que não tributa a renda ou que a tributa com alíquota inferior a 20%. Nesse caso, o investidor estrangeiro ficará sujeito às mesmas regras estabelecidas para os residentes ou domiciliados no Brasil⁷.

1.5 Responsável

No item anterior, vimos que contribuinte é o sujeito que pratica o fato gerador. Em geral, o próprio contribuinte encontra-se obrigado ao pagamento do tributo. No entanto, por alguma razão legalmente prevista, mesmo não sendo contribuinte em relação a determinado tributo, outra pessoa pode estar obrigada ao pagamento. Em casos assim, estaremos diante da figura do “responsável”.

Pode-se, então, afirmar que responsável é a pessoa que, mesmo sem revestir a condição de contribuinte, encontra-se legalmente obrigada ao pagamento do tributo.

Exemplos não faltam: em regra, o adquirente de bens pode ser responsável pelo pagamento dos tributos incidentes sobre a propriedade, devidos antes da data de aquisição, e em relação aos quais o alienante é o contribuinte; os herdeiros podem ser responsáveis pelos tributos não pagos pelo contribuinte falecido; o sócio que continua na mesma atividade de pessoa jurídica extinta pode responder pelos tributos por ela devidos; entre tantos outros casos.

Nesses exemplos, vimos que a obrigação de pagar o tributo surge, originariamente, para o contribuinte. Porém, em razão de algum fato superveniente (a alienação, a morte, a continuidade na atividade de empresa extinta etc.), a obrigação se transfere para outra pessoa, o responsável.

No entanto, há casos em que, desde o surgimento da obrigação, a responsabilidade pelo pagamento do tributo é atribuída a alguém que não é o contribuinte. Em casos assim, a obrigação já nasce tendo o responsável (e não o contribuinte) como pessoa obrigada ao pagamento. Aqui podemos mencionar o exemplo da CPMF, que era debitada do correntista (o contribuinte), mas recolhida aos cofres públicos pela instituição financeira (a responsável). Em relação à CPMF, o contribuinte sofria o ônus da tributação, mas não era a pessoa que efetivamente realizava o pagamento do tributo.

5 As normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional para efeitos de aplicação do regime especial aplicável a investidores estrangeiros encontram-se na Resolução nº 2.689, de 26 de janeiro de 2001, que dispõe sobre aplicações de investidor não residente nos mercados financeiro e de capitais.

6 Decorrencia do art. 16 da Medida Provisória nº 2.189-49, de 24 de agosto de 2001, combinado com o art. 81 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995; Instrução Normativa RFB nº 1.022, de 5 de abril de 2010, art. 69.

7 IN RFB nº 1.022, de 2010, art. 73.

Podemos citar outra hipótese de responsabilidade tributária atribuída a pessoa diversa do contribuinte desde o surgimento da obrigação. Trata-se da obrigação, imposta à fonte pagadora, de recolher tributo retido na fonte, situação verificada com muita frequência no âmbito da legislação do imposto de renda. Nesse caso, contribuinte é o beneficiário do pagamento, mas responsável pelo pagamento do imposto retido é a fonte pagadora. Essa hipótese nos remete para o tema do capítulo 3.